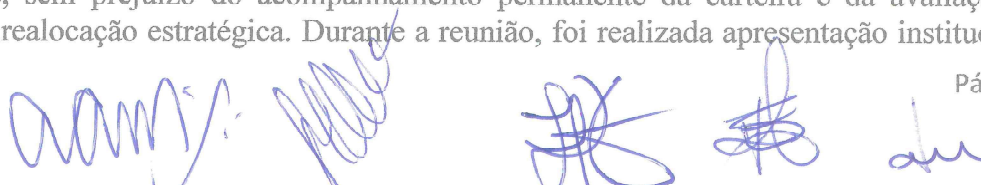


ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVI – 15/06/2026.

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 9h, teve início a 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada na sede do IPREVI, localizada na Avenida dos Expedicionários, nº 301, Centro, Itatiaia/RJ, convocada por meio da Carta/COMINIPREVI nº 008/2026. Estiveram presentes os servidores Alessandra Arantes Marques, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Hudson Valério Marcílio de Oliveira, Edgar Soares de Aguiar e Ives Pereira Tavares, membros do Comitê de Investimentos — COMINIPREVI. A Diretora-Presidente, Sra. Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando os presentes e, em seguida, passou à pauta previamente agendada, composta pelos seguintes itens: apresentação do Relatório “Nossa Visão”, elaborado pela Consultoria de Investimentos Crédito & Mercado, com ênfase na retrospectiva, no Relatório Focus e nas perspectivas para o exercício de 2026; e apresentação e análise do Relatório Analítico dos Investimentos, competência maio de 2026, elaborado pela Consultoria de Investimentos Crédito & Mercado. Inicialmente, o consultor Bruno Leme, da Consultoria Crédito & Mercado, apresentou o Relatório “Nossa Visão”, referente ao período de 1º a 5 de junho de 2026, contendo análise macroeconômica, retrospectiva e perspectivas para os próximos meses. As projeções indicaram IPCA de 5,11%, PIB de 1,91%, taxa de câmbio de R\$ 5,15 e taxa Selic de 13,50%. Na sequência, o consultor apresentou o panorama do mês de maio, bem como o Relatório Analítico dos Investimentos, competência maio de 2026, elaborado pela Consultoria Crédito & Mercado em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025. O relatório contemplou a consolidação da carteira de investimentos, o enquadramento em relação à Política Anual de Investimentos, a segmentação por gestores e ativos, a rentabilidade mensal e acumulada, os benchmarks, a distribuição por subsegmentos, às movimentações do mês, compreendendo aplicações e resgates, além de gráficos de evolução patrimonial e indicadores de retorno. O relatório mensal da carteira de investimentos do IPREVI apontou valor consolidado de R\$ 382.637.455,12 (trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos), alocados da seguinte forma: R\$ 236.394.033,87 (duzentos e trinta e seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil e trinta e três reais e oitenta e sete centavos) em fundos de renda fixa, correspondentes a 60,32%; R\$ 107.707.866,95 (cento e sete milhões, setecentos e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) em fundos de renda variável, correspondentes a 27,48%; R\$ 36.816.703,09 (trinta e seis milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e três reais e nove centavos) em fundos estruturados, correspondentes a 9,39%; R\$ 11.638.800,00 (onze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos reais) em fundos imobiliários, correspondentes a 0,42%; e R\$ 9.340.752,72 (nove milhões, trezentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos) em fundos de ativos no exterior, correspondentes a 2,38%. A rentabilidade da carteira no mês de maio foi de -0,22%, enquanto a rentabilidade acumulada no exercício atingiu 3,74%, frente à meta atuarial mensal de 1,01% e à meta acumulada de 5,46%, correspondendo a aproximadamente 68,50% da meta atuarial acumulada no período. As disponibilidades financeiras totalizaram R\$ 470.044,63 (quatrocentos e setenta mil quatrocentos e quatro reais e sessenta e três centavos). Foram avaliados os principais riscos da carteira, especialmente os riscos de mercado, crédito, liquidez, cambial, concentração e enquadramento regulatório. O risco da carteira, medido pelo *Value at Risk* — VaR foi de 3,61% no mês analisado. Diante da análise realizada, concluiu-se que a carteira apresentou oscilação pontual no mês de maio, mantendo, contudo, rentabilidade positiva no acumulado do exercício. O consultor destacou que a renda fixa contribuiu para a estabilidade da carteira, enquanto os segmentos de renda variável e estruturados refletiram a maior volatilidade do mercado, sendo parcialmente compensados pelo bom desempenho dos investimentos no exterior. Constatou-se, ainda, que a carteira permanece diversificada e compatível com o perfil previdenciário de longo prazo. A estratégia adotada mostrou-se adequada ao cenário econômico, não sendo identificada, no momento, necessidade de ajustes relevantes, sem prejuízo do acompanhamento permanente da carteira e da avaliação de oportunidades de realocação estratégica. Durante a reunião, foi realizada apresentação institucional





institucional do Sicredi, contemplando sua estrutura, presença nacional, solidez financeira, atuação da Sicredi Asset no segmento de RPPS e principais indicadores da instituição. Também foram abordados os programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Sicredi, com destaque para iniciativas voltadas à educação, inclusão financeira, desenvolvimento das comunidades e geração de impacto social. Na sequência, foi apresentado o cenário macroeconômico nacional, com considerações acerca da inflação, taxa Selic, crescimento econômico, situação fiscal e projeções para os próximos anos. Quanto às alternativas de investimentos destinadas aos RPPS, foram apresentados os fundos Sicredi Liquidez Empresarial, Sicredi Resgate Fácil, Sicredi Taxa Selic, Sicredi IMA-B 5, Sicredi IMA-B, Sicredi IRF-M, Sicredi IRF-M 1, Sicredi CDI, Sicredi Baixo Risco Crédito Privado, Sicredi Corporativo, Sicredi ESG, Sicredi Ibovespa, Sicredi Bolsa Americana, Sicredi Ouro e Sicredi Petrobras, com informações sobre suas características, enquadramentos, níveis mínimos de Pró-Gestão, riscos, liquidez, benchmarks, taxas de administração e estratégias de investimento, subsidiando o Comitê na análise das alternativas compatíveis com a legislação aplicável, a Política de Investimentos e o perfil da carteira do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia. Deliberou-se, ainda, que os novos recursos deverão ser alocados em fundos referenciados ao CDI e ao IRF-M, com o objetivo de otimizar a alocação estratégica, aprimorar a relação risco-retorno e contribuir para o atingimento da meta atuarial, em conformidade com a Política de Investimentos vigente. Ficou aprovada a emissão de APRs, no mês de maio de 2026, até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinadas ao custeio das despesas previdenciárias e administrativas da Autarquia. Por fim, constatada a conformidade dos relatórios apresentados com a Política Anual de Investimentos vigente e com a Resolução CMN nº 5.272/2025, foi deliberada a aprovação integral das matérias submetidas à apreciação do Comitê. Todos os membros presentes manifestaram-se favoravelmente quanto à regularidade da reunião e de suas deliberações. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Alessandra Arantes Marques. Lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes.

*Alessandra Arantes Marques, Glaudson Valério M de Oliveira, Silvestre
Ferreira, Isaltina Cassia da S. Alveriz Alencar, Edson
Souza de Aguiar.*